



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Assessoria Técnica - SUDESB/DG/ASTEC

**TERMO DE FOMENTO Nº. 136/2026, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SEDESB - SUPERINTENDÊNCIA DOS
DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA E A FEDERAÇÃO
BAIANA DE PESCA E ATIVIDADES SUBAQUATICAS -
FBPAS**

A **SUDESB - SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA**, autarquia criada pela Lei Delegada nº 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis nºs 4.697 de 15.07.87, 6.074 de 22.05.91 e 9.424 de 27.01.05, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.323.001/0001-19, com sede na Rua dos Rádioamadores, 159-357, Pituaçu, Salvador Bahia, CEP: 41740-090, representada neste ato por seu Diretor Geral, **VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO**, nomeado pelo Decreto Simples do Governador, publicado no DOE de 27.02.2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e a **FEDERAÇÃO BAIANA DE PESCA E ATIVIDADES SUBAQUATICAS - FBPAS**, CNPJ nº 14.310.611/0001-40, Inscrição Municipal nº 0923844/8, situado no Loteamento Praia Dourada, 5A Rua 03 - Centro - Aguas de Olivença/Ilhéus-BA CEP: 45.674-999, com Estatuto arquivado no Cartório de Registro e Títulos e Doc. Reg Civil de Pessoas Jurídicas de Ilhéus-Ilhéus/BA, Registro 3503/ fl 00117 A-15 por meio da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 095/2026, Processo Administrativo nº 069.1486.2026.0003276-13 neste ato representada por sua Presidente **VILMA SOUZA**, portador do Documento de Identidade nº 400282240 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.961.275-91, doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, formaliza o presente Termo de Fomento, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual nº. 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio para realização do evento **"CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026"**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I, será realizado nos dias 01 de agosto a 22 de novembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o Art. 55, da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a SUDESB repassará à **FEDERAÇÃO BAIANA DE PESCA E ATIVIDADES SUBAQUATICAS - FBPAS**, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$ 60.082,00 (sessenta mil e oitenta e dois reais)**, de acordo com o cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho, ANEXO I, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária: 21301 - SUDESB

Unidade Gestora: 0001 - SUDESB Executora

Função: 27 - Desporto e Lazer

SubFunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 414 - Esporte por Toda Parte

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região: 9900 - Estado

Elemento: 335041000 - Contribuições - Entidades

Destinação: 15000100000000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Valor da Despesa: R\$ 60.082,00 (sessenta mil e oitenta e dois reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva no Banco do Brasil, agência nº. 0019-1 conta corrente nº. 117.065-1, vinculada a este termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO OITAVO

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;
- III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;
- IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

Serão glosados valores relacionados as ações e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÃO CUMPRIDA - NÃO GLOSA

AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA AÇÃO NÃO CUMPRIDA.

AÇÃO DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

É vedada a redistribuição dos recursos ou de trespasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, ainda que para entidades congêneres, exceto pela atuação em rede, nas condições estabelecidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a

ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

I. indicação dos créditos orçamentários;

II. alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE

Cabe à OSC as seguintes obrigações:

I - executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;

II - prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

III - manter escrituração contábil regular;

IV - divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

V - manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;

VI - devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras

realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;

VII - dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

VIII - responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;

IX - aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;

X - arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

XI - manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;

XII - observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

XIII - manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;

XIV - destacar a participação do Governo do Estado e da SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;

XV - utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;

XVI - encaminhar ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens na prestação de contas final;

XVII - caberá às Organizações apresentar os arquivos à Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) nos moldes indicados neste documento, para garantir que a documentação apresentada, especialmente no momento da prestação de contas, não ultrapasse os limites estabelecidos, evitando, assim, a impossibilidade de inserção dos anexos no sistema SEI/SUDESB.

I. Os documentos para tramitação, como ofícios, comunicações, composições, planilhas, bem como outros atos que resultarão na abertura de processos eletrônicos enviados à SUDESB,

devem ser do tipo Portable Document Format (PDF) e estar íntegros e legíveis em sua totalidade;

II. Os limites dos arquivos para um único processo são:

- Média máxima de 200 KB por página;
- Máximo de 5 MB por arquivo;
- Máximo de 50 MB para o conjunto total de arquivos.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SUDESB

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;

II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;

V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;

VI. proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;

VII. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;

VIII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

IX. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;

X. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado;

CLÁUSULA SÉTIMA - ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando a natureza do objeto da parceria, a Coordenação de Excelência Esportiva indica a

analista técnica Antônia Nascimento, matrícula 69402029-2, telefone (71) 3198-0553 e o Gestor da Parceria será o Coordenador de Excelência Esportiva UILSON JOSÉ SILVA DE SOUZA, matrícula 92142459, telefone (71) 3198-0554. O responsável da SUDESB, pelo acompanhamento da prestação de contas enviada pela entidade, será a Coordenadora de Contratos e Convênios, Ivanildes Machado Vilas Boas Souza, matrícula nº. 69.605102-9, telefone (71) 3198-0526.

Existindo ainda a designação de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria, conforme Portaria nº 142 de 19 de novembro de 2021 e Portaria nº 54 de 14 de junho de 2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria 10 (dez) dias úteis após a execução do objeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDESB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

a) Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO NONO

O Diretor Geral da SUDESB, aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB, autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB, rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

- I. vedar a transferência de novos recursos;
- II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA NONA - RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

I. por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:

- a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;
- b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.

II. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:

- a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;
- b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do termo de fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.

III. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção

prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

OSC:

- a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69 caput e § 1º da Lei nº 13.019/2014], a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;
- b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

A SUDESB:

- a) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

PARAGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades e declaração de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (02) dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade

II. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

III. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

IV. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

V. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

VI. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador - BA.

|

|

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO

Diretor Geral da SUDEB

|

Vilma Souza
Presidente FBPAS

Testemunhas:

1) _____

(nome e CPF legível)

2) _____

(nome e CPF legível)

A. IDENTIFICAÇÃO DA OSC:

DADOS DA OSC

Nome da OSC: **FEDERAÇÃO BAIANA DE PESCA E ATIVIDADES SUBAQUATICAS - FBPAS**

CNPJ: 14.310.611/0001-40

Data de Criação: 22/08/2011

Endereço: Av. Vereador Hamilton de Castro, 503 – Barra – Ilhéus/BA CEP: 45.658-120

Telefone: (73) 9973-7392

Endereço eletrônico (e-mail): fbpas.ba@gmail.com

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: **VILMA SOUZA**

Endereço: Loteamento Praia Dourada, 5A Rua 03 – Centro – Aguas de Olivença/Ilhéus-BA
CEP: 45.674-999

Endereço eletrônico (e-mail): vilmasouza101966@gmail.com

Telefone: (73) 9973-7392

RG/Órgão expedidor/UF: 400282240 SSP/BA

CPF: 384.961.275-91

B. OBJETO DA PARCERIA.

O Objeto da parceria e a realização do **CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026**, vinculado ao Plano Plurianual 2024 a 2027 por meio do:

Programa: 414 – **ESPORTE POR TODA PARTE**

Compromisso: 0003 – Fomentar o esporte de alto rendimento considerando as vocações territoriais

Indicador 1 : 0001 – Número de projetos de esportes apoiados – **03 etapa**

Indicador 2: 0002 – Número de municípios beneficiados – **01 município** (Ilheus)

C. OBJETIVO DA PARCERIA.

Realizar o **CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026**, promovendo o desenvolvimento da modalidade no Estado da Bahia por meio da realização de competição oficial, incentivando a participação de atletas, a prática esportiva responsável, a preservação ambiental por meio do conceito de pesque e solte, o fortalecimento do turismo esportivo e a valorização dos potenciais naturais e econômicos das regiões sedadoras.

D. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS.

A realização do Campeonato Baiano de Pesca 2026 é de grande relevância para o fortalecimento da modalidade no Estado da Bahia, promovendo o esporte como ferramenta de integração social, lazer, educação ambiental e desenvolvimento regional. A Bahia possui uma extensa faixa litorânea, além de rios, lagos e represas com elevado potencial para a prática da pesca esportiva, reunindo condições naturais favoráveis para a realização de competições de alto nível. O campeonato incentiva a participação de atletas de diferentes regiões, contribui para o fortalecimento do calendário esportivo estadual e estimula o surgimento de novos praticantes, ampliando a visibilidade da modalidade. Paralelamente, promove a conscientização sobre a preservação dos recursos pesqueiros, incentivando práticas sustentáveis, como o sistema pesque e solte, em conformidade com os princípios da conservação ambiental.

A primeira prova será do **CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026**, acontecerá nos dias 01 de agosto a 02 de agosto de 2026 no município de Ilhéus e atenderá a modalidade de pesca em terra firme. O evento atenderá aproximadamente **100 atletas** entre as idade 12 a 65 anos. Premiara **15 atletas**.

A segunda prova será o **42º TORNEIO DE PESCA DA GABRIELA** acontecerá nos dias 05 e 06 de setembro de 2026 no município de Ilhéus e atenderá a modalidade de pesca em terra firme. O evento atenderá aproximadamente **100 atletas** entre as idade 12 a 65 anos. Premiara **15 atletas**.

A **pesca em terra firme**, conhecida no cenário competitivo como **pesca de praia** ou *surfcasting*, consiste em arremessar a linha a partir da areia da praia, ultrapassando a arrebenção das ondas. O objetivo é capturar os peixes que se alimentam nas valas e canais formados pelo relevo subaquático.

Principais Regras de Competição

As competições oficiais no Brasil seguem as normas da CBPDS (Confederação Brasileira de Pesca e Desportos Subaquáticos) e da FIPS-M (Federação Internacional de Pesca Marítima). **Delimitação de Espaço:** Cada atleta ou dupla recebe por sorteio um setor numerado na praia (box), não sendo permitido arremessar ou transitar fora desses limites.

Equipamento Padronizado: É permitido o uso de apenas uma vara em ação de pesca por vez, com limite máximo de três anzóis por chicote (linha de anzóis).

Isas Permitidas: As regras costumam liberar apenas iscas naturais (como camarão, corrupto, sarnambi e lula), sendo proibido o uso de iscas artificiais ou substâncias químicas atrativas.

Sistema de Pontuação: Os pontos são calculados pela quantidade de peças capturadas somada ao peso total ou comprimento dos peixes, dependendo do regulamento do torneio. **Medida**

Mínima e Preservação: Peixes abaixo do tamanho mínimo estipulado pelo IBAMA/CBPDS não pontuam e devem ser devolvidos imediatamente à água para garantir a sustentabilidade

SENDO AS CATEGORIAS OFICIAIS:

Para competições de **PESCA ESPORTIVA EM TERRA FIRME**, as categorias oficiais são:

Juvenil

Masculino

Feminino

Máster - atletas com idade entre 50 e 59 anos.

Sênior - atletas com 60 anos ou mais.

Para competições de **PESCA EMBARCADA:**

Masculino;

Feminino;

Máster (50 a 59 anos);

Sênior (60 anos ou mais);

Equipes Embarcadas (duplas ou trios, conforme regulamento específico da competição).

Regras da Competição - Pesca em Terra Firme (Desembarcada)

A prova de pesca em terra firme será realizada exclusivamente a partir das margens, píeres ou estruturas previamente delimitadas pela organização, sendo vedado o uso de embarcações durante a competição. Cada atleta poderá utilizar apenas uma vara em ação por vez, equipada com molinete ou carretilha e anzol simples, conforme previsto no regulamento específico da prova.

A competição será disputada no sistema "pesque e solte", sendo obrigatório que todo peixe válido seja medido, registrado e devolvido imediatamente ao ambiente aquático em condições de sobrevivência. Serão consideradas válidas apenas as espécies e os tamanhos mínimos definidos pela organização, respeitando a legislação ambiental vigente. O descumprimento das normas de conduta, segurança ou preservação ambiental poderá acarretar penalidades ou desclassificação.

Regras da Competição - Pesca Embarcada

A pesca embarcada será realizada por equipes em embarcações devidamente identificadas e autorizadas pela organização, dentro da área oficial de competição. É obrigatório o uso de colete salva-vidas durante toda a prova e o cumprimento das normas de segurança da navegação.

A competição seguirá o sistema "pesque e solte", sendo obrigatória a medição, registro e soltura imediata dos peixes válidos. Cada equipe deverá respeitar os limites de navegação, os horários oficiais de largada e retorno, bem como as espécies e tamanhos mínimos estabelecidos no regulamento e na legislação vigente. É proibida a utilização de equipamentos ou métodos de pesca não autorizados, bem como a captura de espécies protegidas. O não cumprimento das regras implicará aplicação de penalidades previstas no regulamento, podendo resultar na desclassificação da equipe.

A terceira prova será o **7º TORNEIO DE PESCA EMBARCADA DO CLUPECANES (PESCA E SOLTE)** acontecerá nos dias 21 e 22 de novembro de 2026 na cidade no município de Ilhéus e atenderá a modalidade de pesca embarcada. O evento atenderá aproximadamente **100 atletas** entre as idade 12 a 65 anos. Premiara **15 atletas**.

A **pesca embarcada** é a modalidade realizada a bordo de embarcações, como barcos de alumínio, lanchas, iates ou caiaques, em ambientes marítimos, rios ou lagos. Sua principal vantagem é a mobilidade, permitindo ao pescador navegar até os cardumes e acessar locais profundos e intocáveis para quem pesca na costa.

Principais Técnicas Utilizadas

- **Corrico (Trolling):** O barco navega em velocidade constante arrastando iscas artificiais ou naturais para atrair grandes predadores pelágicos.
- **Pesca de Fundo (Bottom Fishing):** A embarcação fica ancorada ou à deriva sobre parcéis, lajes e corais, descendo as iscas até o fundo para capturar peixes residentes. [
- **Pincho (Casting):** Arremessos direcionados com iscas artificiais em estruturas como galhadas, pilares de pontes ou costões rochosos.
- **Vertical (Jigging):** Uso de iscas metálicas pesadas que sobem e descem rapidamente no fundo do mar para simular presas em fuga.

Principais Regras de Competição

Os torneios de pesca embarcada seguem diretrizes rígidas da IGFA (*International Game Fish Association*) e da CBPDS, com foco na esportividade e conservação.

- **Categorias por Embarcação:** As equipes competem divididas pelo tipo de barco (lanchas, barcos de alumínio ou caiaques) para garantir o equilíbrio.
- **Especificação de Linhas:** Os torneios limitam a resistência da linha (libragem) para aumentar o desafio físico e técnico na briga com o peixe.
- **Uso Exclusivo de Iscas Artificiais:** Muitas competições modernas proíbem iscas naturais, exigindo apenas o uso de plugs, jigs ou colheres.
- **Pesque e Solte (Catch and Release):** A pontuação é validada por fotos e vídeos do peixe ao lado de uma régua oficial da organização, seguida da soltura obrigatória do animal vivo.
- **Área de Prova Limitada:** As embarcações possuem um perímetro máximo de navegação monitorado por GPS e um horário limite rigoroso para retornar ao ponto de largada.

A Federação Baiana de Pesca e Atividades Subaquáticas (FBPAS), entidade responsável pelo fomento e regulamentação da pesca esportiva no Estado da Bahia, busca, em parceria com a SUDESB, fortalecer o desenvolvimento da modalidade por meio da realização do Campeonato Baiano de Pesca 2026. O evento contribuirá para o fortalecimento do calendário esportivo estadual, incentivará a prática da modalidade, promoverá a preservação ambiental e estimulará o turismo esportivo e a economia local, com geração de emprego e renda. Assim, a parceria entre a

FBPAS e a SUDESB é fundamental para ampliar o acesso ao esporte e promover o desenvolvimento esportivo e social no Estado da Bahia.

Além da aplicabilidade do esporte, é importante destacar o fomento a economia, dado que a verba disponibilizada pela **SUDESB**, deverá ser gasta dentro do Estado da Bahia, fato que fomenta o consumo de produtos e serviços, gerando riqueza interna e maior arrecadação de impostos. Portanto, através do esporte é possível a construção e/ou manutenção de uma sociedade mais equilibrada, saudável, feliz e próspera. Face aos fatos, a **entidade** vem solicitar através de Convênio uma parceria para apoiar a realização do evento acima citado

AS METAS A SEREM ATINGIDAS NESSE EVENTO:

- Melhoria do nível técnico dos Atletas de PESCA do estado da Bahia;
- Premiar os três primeiros atletas de cada categoria em cada Etapa;

A divulgação do evento será realizada através Mídia Sociais, Banner e Camisas personalizadas com logomarcas do Evento, Estado da Bahia, **SETRE** e da **SUDESB**. As atividades propostas pretendem atender aproximadamente a **300 atletas** entre os níveis de categoria de base ao atletas e alto rendimento. Para a realização do evento será necessário a contratação de **Infraestrutura, Outros Serviços, Comunicação**.

E. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS

E1 AÇÕES

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

Ação 1. Promover toda estrutura para realização do projeto “CAMPEONATO BAIANO PESCA 2026”

Critério de Aceitação: Contratar Serviços de Estrutura e Logística e Contratar Outros Serviços conforme discriminados nos itens: 2.2.1 Infraestrutura; 2.2.5 e Outros Serviços, de acordo com a previsão de receitas e despesas

Ação 2. Divulgação do Evento

Critério de Aceitação: Confeccionar material de divulgação e identificação do Projeto, Com Material Promocional em conformidade com o Manual de Marcas da SUDESB, quantitativo e especificação técnica, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.2 Comunicação; 2.2.4 Material Promocional de acordo com a previsão de receitas e despesas

Ação 3. Premiação

Critério de Aceitação: Confeccionar Medalhas e Troféus, em conformidade com o Manual de Marcas da SUDESB, quantitativo e especificação técnica, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.3 Premiação de acordo com a previsão de receitas e despesas

E.2 INDICADORES, METAS, E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Os indicadores, metas e parâmetros de avaliação de desempenho da parceria estão definidos no quadro abaixo:

QUADRO DE INDICADORES, METAS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO					
Realizar o Projeto “CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026”	Indicador	Unidade	Meio de Verificação		Parâmetro de Avaliação de Desempenho
				Qtde/und/diária	

OBJETIVO DA PARCERIA	Disseminar o esporte de alto rendimento, na modalidade PESCA e	Indicador 1: Nº de atletas participantes:	Atletas	Relação de Inscritos,	300	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
		Indicador 2: Nº de Provas/Etapas realizadas	Etapas	Relatório Técnico	03	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
METAS	Meta 1: Melhoria do nível técnico dos atletas de Pesca no estado da Bahia	Indicador 3: Nº Atletas participantes	Atletas	Relatório Técnico e relatório fotografico	300	Alcance da Meta: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
	Meta 2: Premiar os três primeiros atletas de cada categoria em cada Etapa	Indicador 3: Nº Atletas participantes	Atletas	Resultado Oficial e relatório fotografico	45	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida

F. FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

O projeto **CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026**, será realizado pela FBPAS - **FEDERAÇÃO BAIANA DE PESCA E ATIVIDADES SUBAQUATICAS**, através das etapas que acontecerá no período de 01 de agosto a 22 de novembro de 2026 será realizado nas cidades de Ilheus.

1º Dia

08h00 às 08h15 – Abertura oficial do evento.

08h15 às 13h00 – 1ª etapa da competição.

17h00 às 18h00 – Conferência dos resultados parciais.

2º Dia

08h00 às 12h00 – 2ª etapa da competição.

13h00 às 15h30 – Encerramento da competição e conferência das capturas.

15h30 às 16h30 – Apuração dos resultados oficiais.

O **CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026** será disputado de acordo com o regulamento técnico da Federação Baiana de Pesca e Atividades Subaquáticas (FBPAS), observando as normas da Confederação Brasileira de Pesca e Desportos Subaquáticos (CBPDS) e a legislação ambiental vigente. A competição será realizada no sistema "pesque e solte", com captura, medição, registro e devolução imediata dos peixes ao ambiente aquático. Serão consideradas válidas apenas as espécies e os tamanhos mínimos estabelecidos no regulamento, sendo vedada a utilização de equipamentos ou métodos de pesca não autorizados. A classificação será definida pela soma da pontuação obtida com as capturas válidas durante o período oficial da prova.

SOLEINIDADE DE PREMIAÇÃO

Ao término da competição será realizada a cerimônia oficial de premiação, com divulgação da classificação final e entrega de troféus e medalhas aos atletas e equipes classificados em 1º, 2º e 3º lugares de cada categoria, além do reconhecimento aos destaques do campeonato. A solenidade marcará o encerramento oficial do evento, valorizando o desempenho dos participantes e incentivando o desenvolvimento da pesca esportiva no Estado da Bahia

A divulgação do evento será realizada através de: Rede Social, Banners, Camisas térmicas personalizadas com logomarcas do Evento, Estado da Bahia, **SETRE e da SUDESB**. Para cada Etapa será realizado uma solenidade de premiação, portanto, acontecerão dois cerimoniais todos com entrega de medalhas e troféus personalizados com logomarcas do Evento, **Estado da Bahia, SETRE e da SUDESB**.

G. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ITEM	ATIVIDADES	DATA/PERÍODO
1	ELABORAÇÃO DO PROJETO	Junho de 20226
2	DIVULGAÇÃO DO EVENTO	Julho a Novembro de 2026
3	INICIO DAS ATIVIDADES	01 de agosto de 2026
4	ETAPAS CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026 42º TORNEIO DE PESCA DA GABRIELA 7º TORNEIO DE PESCA EMBARCADA DO CLUPECANES (PESCA E SOLTE	01 e 02 de agosto de 2026 05 e 06 de setembro de 2026 21 e 22 de novembro de 2026
5	SOLEINIDADE DE PREMIAÇÃO CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026 42º TORNEIO DE PESCA DA GABRIELA 7º TORNEIO DE PESCA EMBARCADA DO CLUPECANES (PESCA E SOLTE	02 de agosto de 2026 06 de setembro de 2026 22 de novembro de 2026
6	PRESTAÇÃO DE CONTAS	agosto de 2026

H. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

ALCANCE DAS METAS:

Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida

Entre 60% a 79%- Meta cumprida parcialmente
Menor ou igual a 59% - Meta Descumprida

ALCANCE DA META:

Igual a 100% - Meta Cumprida
Menor que 100% - Meta Descumprida

I. PARÂMETROS PARA GLOSA

Serão glosados valores relacionados as ações e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

- AÇÃO CUMPRIDA** - NÃO GLOSA
- AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE** - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DÁ AÇÃO NÃO CUMPRIDA.
- AÇÃO DESCUMPRIDA** - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

J. PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Período de Execução: 01 de agosto a 22 de novembro de 2026
Vigência: 180 (cento e oitenta) dias
Prestação de Contas: 90 (noventa) dias após o término da Vigência.

K. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

PREVISAO DE RECEITAS E DESPESAS					
1.	Receitas	Mês 1			TOTAL
1.1	Recursos Recebidos	60.082,00			60.082,00
1.2	Rendimentos Financeiros	0			
Total Geral de Receitas		60.082,00			60.082,00
2.	Despesas	Mês 1			
2.1	Despesas com Recursos Humanos				
2.1.1	Remuneração da equipe				
2.1.1.1	Salários	0			
2.1.1.2	Benefícios (especificar o benefício concedido, ex: plano de saúde, vale transporte, etc.)	0			
Subtotal (Remuneração da equipe)		0			
2.1.2	Encargos Sociais				
2.1.2.1	INSS	0			
2.1.2.2	FGTS	0			

2.1.2.3	FGTS Multa Rescisória	0			
2.1.2.4	Rescisão de Trabalho (Saldo de Salário, Aviso Prévio, outros)	0			
2.1.2.5	PIS sobre a Folha de Pagamento	0			
2.1.2.6	1/3 sobre Férias	0			
2.1.2.7	13 Salário	0			
2.1.2.8	IRRF	0			
2.1.2.9	ISSQN	0			
2.1.2.10	Outros encargos/tributos	0			

Subtotal (Encargos Sociais) 0

--	--	--	--	--	--

Subtotal (Recursos Humanos) 0

2.2	CUSTOS DIRETOS CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026				
2.2.1	INFRAESTRUTURA	QTD	DIARIA	Valor Unitário	VI. Total
2.2.1.1	ESTRUTURA BOX TRUSS MODELO Q25, TAMANHO 3 X 3 - FUNDO DE PÓDIO	01	06	500,00	3.000,00
2.2.1.2	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO COM CAPACIDADE DE ATENDIMENTO EM LOCAL ABERTO PARA 500 PESSOAS COM SISTEMA DE SOM COM CAIXAS EAW JFX 88 COM SISTEMA DE FIXAÇÃO, MESA DIGITAL DIGIDESIGN MIX RACK, PROTEÇÃO CONTRA INTEMPÉRIES (VENTO E CHUVA), INSTALAÇÃO DE PASSA CABOS PARA PROTEÇÃO NOS LOCAIS DE ACESSO AO PÚBLICO E ATLETAS, 02 MICROFONES SEM FIO SENNHEISER G3, CABEAMENTO PARA EXTENSÃO, E TÉCNICO A DISPOSIÇÃO.	01	06	1.000,00	6.000,00
2.2.1.3	LOCAÇÃO DE MESAS PLASTICA BRANCA QUADRADA 70 X 70 COM	08	02	20,00	320,00
2.2.1.4	LOCAÇÃO DE CADEIRAS BRANCAS COM CAPACIDADE DE 150KG	160	02	4,00	1.280,00
2.2.1.5	TOLDO EM ESTRUTURA TUBULAR, COM QUATRO QUEDAS DÁGUA, TAMANHO 6x6 MTS	04	06	600,00	14.400,00
2.2.2	COMUNICAÇÃO				

2.2.2.1	BANNER EM LONA FOSCA 4 X 0 COR, COM ILHOIS, DIMENSÕES 3 M X 3 M (FUNDO DE PÓDIO)	03	-	900,00	2.700,00
2.2.2.2	ASSESSORIA SOCIAL MÉDIA: ACOMPANHAMENTO E IMPULSIONAMENTO EM TODOS OS CANAIS OFICIAIS, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL, GESTÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS	03	-	2.000,00	6.000,00
2.2.3	MATERIAL PROMOCIONAL				
2.2.2.1	CAMISA EM DRY FIT, PERSONALIZADA MANGA CURTA, 70% POLIESTER, 30% DE VISCOSE, GOLA BÁSICA, IMPRESSÃO EM SILK	20	-	38,50	770,00
2.2.2.2	SACOCILA PERSONALIZADA COM SUBLIMAÇÃO EM TECIDO TACTEL 100% COM CORDÃO 100% POLIESTER TAMANHO 30X40CM	100	-	10,00	1.000,00
2.2.4	PREMIAÇÃO				
2.2.4.1	MEDALHA EM ACRILICO COM FITA EM SETIN PERSONALIZADA COM APLICAÇÃO DE MARCAS	140	-	20,00	2.800,00
2.2.4.2	TROFEU 6MM EM FERRO COM ADESIVO, COM CORTE ESPECIAL, TAMANHO 020X025, PERSONALIZADO COM MARCA DOS PATROCINADORES	20	-	55,60	1.112,00
2.2.5	OUTROS SERVIÇOS				
2.2.5.1	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DA COMPETIÇÃO, CONSIDERANDO OS CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA AVALIAÇÃO CONFORME PADRÃO ESTABELECIDO DO ESPORTE PESCA, COM ARBITRO PRINCIPAL/ DIRETOR DE PROVA, FISCAIS DE PISTA OU BORDA E OS FISCAIS DE MESA, MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES CLIMATICAS E ELABORAÇÃO DE SUMULAS E REGISTRO DE RESULTADO OFICIAL .	03	-	3.000,00	9.000,00

2.2.5.2	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E HIDRATAÇÃO, ÁGUA MINERAL, FRUTA DE ÉPOCA, SANDUICHES	100	02	17,50	3.500,00
2.2.5.3	SERVIÇO DE FOTOGRAFIA PARA REGISTRO DO EVENTO E PROMOÇÃO DE PRÓXIMAS EDIÇÕES, COM IMAGENS AÉREAS, REALIZADO EM QUALIDADE PROFISSIONAL (MÍN. 1080DPI'S), COM COBERTURA FOTOGRÁFICA COMPLETA DO EVENTO (SEM LIMITE DE IMAGEM).	01	04	400,00	1.600,00
2.2.5.4	COORDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DAS COMPETIÇÕES: (PARTICIPAÇÃO DAS REUNIÕES COM TODOS OS ENVOLVIDOS NOS EVENTOS, DEFINIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA SUAS REALIZAÇÕES, DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES E RECURSOS HUMANOS, CONTROLE DAS INSCRIÇÕES E CALENDÁRIO DOS EVENTOS, DIVULGAÇÃO E PREPARAÇÃO DOS LOCAIS DOS EVENTOS, NEGOCIAÇÃO COM FORNECEDORES, LIBERAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS).	03	-	2.200,00	6.600,00

Subtotal (Custos Diretos)

282

60.082,00

2.3	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes				
2.3.1	(Especificar)	0			
2.3.2	(Especificar)	0			
2.3.3	(Especificar)	0			

Subtotal (Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes)

0

2.4	Custos Indiretos				
2.4.1	Internet	0			
2.4.2	Transporte	0			
2.4.3	Aluguel	0			
2.4.4	Telefone	0			
2.4.5	Água	0			
2.4.6	Luz	0			
2.4.7	Serviços contábeis	0			
2.4.8	Assessoria jurídica	0			
2.4.9	Outros (especificar)	0			

Subtotal (Custos Indiretos)	0	
Total Geral de Despesas	108.388,00	60.082,00

L. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcelas	Responsável	Mês Previsto	Ano	Valor
Única	Concedente	julho	2026	R\$ 60.082,00
TOTAL GLOBAL				R\$ 60.082,00

Nota Explicativa: Este ajuste será liberado em parcela única, após a publicação do **Termo de Fomento** no Diário Oficial do Estado, visando à execução do projeto **CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026** no período de **01 de agosto a 22 de novembro de 2026** em Ilhéus/BA.

M. CONTRAPARTIDA

Especificação	Descrição detalhada de cada item	Unidade de medida	Qtd.	VI. Unit	VI. Total
MATERIAL					
					R\$ -

N. PATROCÍNIO / APOIO TÉCNICO LOGÍSTICO

Haverá cobrança de inscrição?	SIM	NÃO
	X	
	VALOR R\$	
Caso haja cobrança de inscrição, kit ou qualquer tipo de taxa qual será o valor? FINAL DO CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026	R\$ 50,00	

Haverá cobrança de inscrição?	SIM	NÃO
	VALOR R\$	
Caso haja cobrança de inscrição, kit ou qualquer tipo de taxa qual será o valor? - 42º TORNEIO DE PESCA DA GABRIELA	R\$ 50,00	

Haverá cobrança de inscrição?

	SIM	NÃO
	X	
	VALOR R\$	
	R\$ 70,00	

Caso haja cobrança de inscrição, kit ou qualquer tipo de taxa qual será o valor? – **7º TORNEIO DE PESCA EMBARCADA DO CLUPECANES (PESCA E SOLTE)**

Caso haja cobrança de inscrição, kit ou qualquer tipo de taxa quais os critérios?

Para o Evento **CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026 HAVERÁ** cobradas as taxas de inscrições que serão realizadas através dos links disponibilizados através das redes sociais e plataformas digitais.

Nota Explicativa: CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026, contará com ajuda de apoiadores Públicos e Privados, **haverá** cobrança de inscrições, a inscrição será uma cesta básica que serão doada para instituições locais. Até o momento da montagem desse projeto, ainda não foi possível elencar outros patrocinadores privados.

16. Patrocínio/Apoio Técnico Logístico (se houver)

APOIO: (Casa haja apoio preencher planilha abaixo)

TIPO	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA DE CADA ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD
Privado	Material			
Público	Material			
Privado	Serviços			
Público	Serviço			
		Prefeitura Municipal de Ilheus	Serviços	01

Nota explicativa: CAMPEONATO BAIANO DE PESCA 2026 contará com ajuda de apoiadores Públicos e Privados, e haverá cobrança de inscrições e contará com apoio financeiro Público através da SUDESB.

Ilhéus/Ba - 19 de junho de 2026

Vilma Souza
Presidente FBPAS

Uilson José Silva De Souza
Coordenador De Excelência Esportiva

Vicente José De Lima Neto
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Costa Guimarães Dantas, Procurador Chefe**, em 03/07/2026, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uilson José Silva de Souza, Coordenador**, em 03/07/2026, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente José de Lima Neto, Diretor Geral**, em 03/07/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma Souza, Usuário Externo**, em 03/07/2026, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00143560472** e o código CRC **055DE98F**.

Referência: Processo nº 069.1486.2026.0003276-13

SEI nº 00143560472